



INFORMATIVO CBH PARANAÍBA- DF



Foto: MIDR

Expediente

Presidente: Alba Evangelista Ramos

Vice-presidente: Anne Caroline Lobo Borges

Secretário-geral: Carlo Renan Cáceres de Brites

Equipe ABHA DF

Supervisora administrativa: Karine Campos

Auxiliar administrativa: Camila Areal

Assessora de Comunicação: Mariana Libânio

Escritório de apoio

ABHA Gestão de Águas :

SAUS quadra 4 lote 09/10,

sala 934. Ed. Victoria Office Tower Brasília

Cep: 70070938

Brasília - DF

Sobre

O quarto informativo trimestral encerra um ano intenso de atividades e conquistas do CBH Paranaíba-DF.

Com atividades conjuntas em parceria com outros comitês, foram realizadas diversas participações em palestras, seminários, audiências públicas, além de promover debates sobre questões relacionadas aos recursos hídricos.

Boa leitura!

Como membra do CBH Paranaíba, representando a Secretaria de Meio Ambiente, tenho acompanhado de perto as discussões e iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão dos recursos hídricos. As reuniões e a participação ativa nos Grupos de Trabalho (GTs) têm sido essenciais para promover avanços na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos de gestão.

Em 2024, foi aprovada a Resolução nº 03, de 19 de junho, que estabelece os critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Distrito Federal. Essa medida tem como objetivo promover a racionalização do uso da água e garantir recursos para investimentos estratégicos na recuperação e preservação das bacias hidrográficas.

A participação dos membros do CBH Paranaíba foi fundamental para a formulação e aprovação da proposta no âmbito da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento

(CTPA) do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) do Distrito Federal.

Além disso, foram debatidos temas relevantes, como o enquadramento dos corpos hídricos, que está em processo de revisão em parceria com outras instituições. A proposta de enquadramento está atualmente em discussão na Câmara Técnica Permanente de Assessoramento (CTPA), com a previsão de criação de um Grupo de Trabalho (GT) que terá início em 2025.

O CBH Paranaíba tem atuado ativamente, com contribuições importantes, tanto para a revisão do Plano de Recursos Hídricos quanto para o enquadramento dos rios distritais do Distrito Federal. Essas ações buscam consolidar melhorias significativas na gestão dos recursos hídricos, contando com a colaboração dos membros do comitê e da CTPA do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) do Distrito Federal.

*Ilana Sarah dos Santos Oliveira
Representante da Secretaria de Meio
Ambiente e Proteção Animal do Distrito
Federal no CBH Paranaíba-DF*



2ª VISITA TÉCNICA DO GT MELCHIOR



No início de outubro, a 2ª visita técnica do Grupo de Trabalho do Rio Melchior verificou a situação do rio em alguns pontos específicos, apontados pela população como mais vulneráveis.

Uma equipe multidisciplinar com membros da UnB, Caesb, Adasa, Brasília Ambiental, Abes, Novacap, além da sociedade civil, visitou trechos do rio e também o sistema de drenagem pluvial da região. A visita foi solicitada, pela comunidade, durante uma reunião do Grupo de trabalho.

VISITA TÉCNICA AO NÚCLEO RURAL SANTOS DUMONT



Membros do CBH Paranaíba-DF e entidades parceiras (Emater, Caesb, Adasa, Aucasdu) participaram, no dia 3 de outubro, de visita técnica ao Núcleo Rural Santos Dumont, na região de Planaltina-DF.

Durante a 58ª Reunião Extraordinária do comitê, o presidente da Associação de Usuários do Canal de abastecimento de Água do Núcleo Rural Santos Dumont, David Camacho, solicitou uma visita à região para averiguar vazamento em um dos diques de contenção de barragem acarretando perda de água.

Dias antes da visita, a Caesb e Adasa enviaram equipe técnica para averiguar a situação e agilizar o trabalho de recuperação.



GTEA planeja programa de educação ambiental no Melchior e visita ao projeto implantado na Arie Granja do Ipê



Com o foco na busca de parcerias e experiências exitosas de educação ambiental, a 5ª reunião do GTEA do CBH Paranaíba-DF ouviu relato da Caesb sobre sua proposta de projeto de Educação Ambiental na região do rio Melchior e o interesse da empresa em ações em parceria com outros órgãos e Comitê de Bacia.

A relatora dos trabalhos e funcionária da Caesb, Ercília Ramos, comentou sobre o projeto do expresso ambiental, ônibus da Caesb que mostra o ciclo do Saneamento para crianças e adolescentes, com palestras de sobre o uso consciente da água. Ela ressaltou que a empresa busca desenvolver programas a partir de necessidades postas pela comunidade,

atendendo a normas ambientais vigentes e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, destacou a importância da participação da Secretaria de Educação nos projetos de formação de professores e atividades transdisciplinares.

Arie Granja do Ipê

Membra do CBH Paranaíba-DF pela Unipaz, Regina Fittipaldi, relatou a experiência exitosa de educação ambiental do Movimento Diálogos da ARIE Granja do Ipê.

O projeto surgiu de uma parceria entre Associação dos Produtores da Agrovila I, a Universidade da Paz – Unipaz com a Fundação Cidade da Paz, o Iphan, a Secretaria de Agricultura, Brasília Ambiental, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com membros da Emater, professores da Escola do Caub e alunos, do Riacho Fundo II, representantes de parlamentares distritais e federais, ICMBio e Polícia Militar, dentre outros. Além de ações de vigilância e conscientização em relação a ocupação do território da ARIE, e de transição



agroecológica, foram desenvolvidos projetos de educação ambiental com escola e comunidade.

O coordenador do GTEA, Demetrios Christofidis, sugeriu uma visita do grupo ao Centro Educacional Agroubano Ipê do Riacho fundo II como forma de conhecer mais detalhes do projeto. Regina Fittipaldi se colocou à disposição para fazer a interlocução entre o comitê e a diretoria da escola.

Na reunião também participou Denise Agostinho ex-coordenadora do GTEA do CBH Paranaíba-DF que comentou sobre o projeto “Comitezinho” que poderá ser apresentado aos membros.

Encaminhamentos

Para a próxima reunião, foi solicitada palestra do SLU ao comitê para falar sobre plano de educação ambiental do órgão.



Presidente do CBH Paranaíba-DF participa de reunião da Câmara Técnica do Comitê do Rio Paranaíba



Os comitês integrantes dos afluentes do Rio Paranaíba participaram, nos dias 17 e 18 de outubro de 2024, da 22ª Reunião da Câmara Técnica de Integração (CTI) CBH Paranaíba, realizada em Patrocínio-MG.

Logo no início dos trabalhos, o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba (CBH PN1), Antônio Geraldo de Oliveira, destacou a importância da cooperação entre os comitês da bacia para a gestão integrada dos recursos hídricos. Na sequência, a coordenadora da CTI, Hornella Urzêdo, orientou a análise e discussão do Planejamento Anual das Atividades da CTI para 2025. Os debates se concentraram na definição de ações prioritárias, garantindo o alinhamento das estratégias com as necessidades regionais e os objetivos de sustentabilidade hídrica.

Com sete dos nove comitês afluentes presentes, além dos debates sobre a promoção da gestão integrada dos recursos hídricos, as demandas e desafios locais, foi realizada uma visita técnica à Estação de Tratamento de Esgoto de Coromandel-MG, cuja estrutura foi ampliada com investimentos do CBH Paranaíba, a partir de recursos da cobrança pelo uso da água.



A ampliação incluiu a construção de um filtro biológico percolador, um decantador secundário, uma elevatória de recirculação, além de interligações e emissário, visando aprimorar a eficiência do tratamento de esgoto e contribuir para a melhoria da qualidade da água na região.

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos falou sobre a importância das reuniões ocorrerem em diversos locais da bacia, buscando maior integração e conhecimento das várias realidades dos comitês que integram o CBH Paranaíba. Ela destacou ainda que a visita técnica possibilitou ao grupo ver a aplicação dos recursos da cobrança na implantação do tratamento de esgotos do município de Coromandel (MG).

4ª Reunião da Câmara Técnica aprova documentos para encaminhar à plenária do CBH



Na última reunião de 2024, a Câmara Técnica submeteu a seus membros, documentos para validação e encaminhamento posterior à plenária do CBH Paranaíba-DF.

O coordenador dos trabalhos, Mauro Felizatto, informou que a Adasa solicitou saída do GT Melchior, devido às dificuldades de participação e acompanhamento das pautas. Ele questionou a saída e reforçou a importância da presença da agência nos debates sobre recursos hídricos no DF. Ainda sobre o GT Melchior, a Câmara Técnica aprovou a prorrogação dos trabalhos do grupo, por tempo indeterminado, e a entrada da Rede Cidadã de Taguatinga como membro efetivo do GT.

A CT também aprovou a síntese da última reunião e a minuta de ofício do GTEA, com ressalvas, sobre o Plano de Educação Ambiental na área do rio Melchior.

PGIRH e PIRH

O coordenador informou que foi criado um

grupo de trabalho no âmbito do CRH-DF para analisar os documentos do Plano de Gestão Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH) e que a consulta pública para recebimento de contribuições sobre o subproduto 1.C finaliza no dia 23 de outubro. Segundo ele, o GT está analisando os prognósticos e deverá pedir esclarecimentos, já que alguns números apresentados pela empresa contratada para elaboração da atualização do PGIRH não estão de acordo com os dados da Adasa e Caesb estão desencontrados.

A respeito do PIRH do Paranaíba Interestadual, foi informado durante a reunião, os membros do CBH fazem que farão parte da comissão de acompanhamento da revisão e: Alba Evangelista Ramos (TWRA); Carlo Renan Cáceres de Brites (Caesb), Mauro Felizatto (Abes), Rodrigo Oliveira Werneck (Instituto Oca do Sol) e Demétrius Christofidis (usuário). Também foi comentado da importância da CT em acompanhar as ações previstas no PRH do Paranaíba-DF, na qual faz parte das atividades previstas da CT, nesse sentido foi sugerida a elaboração de uma planilha para verificação dessas entregas do CBH.

Ao final foi solicitado que os membros encaminhem ao e-mail do comitê, sugestões de pautas para compor o Plano de Trabalho de 2025. A representante do Brasília Ambiental, Renata Mongin, propôs a temática “drenagem urbana” para ser debatida pela CT. Os documentos aprovados pela Câmara Técnica agora seguiram para validação da plenária do CBH Paranaíba-DF, que realizou sua última reunião no dia 31 de outubro.

GT Melchior recebe superintendente da Adasa que fala sobre instrumentos e responsabilidades legais da gestão de recursos hídricos no Distrito Federal



A 8ª reunião do Grupo de Trabalho do Rio Melchior recebeu, no dia 24 de outubro, o superintendente de Recursos Hídricos da Adasa, Gustavo Antônio Carneiro, para esclarecer dúvidas a respeito do acompanhamento da qualidade da água, outorga, zona de mistura na região da bacia do rio Melchior, entre outros assuntos. A participação da Adasa foi muito aguardada pelo GT e o coordenador, Ricardo Minoti aproveitou para reiterar a importância da participação da agência nas reuniões do grupo.

O superintendente explicou como funciona o instrumento do enquadramento dos corpos d'água, classificados a partir dos usos que se pode fazer dos corpos hídricos, e destacou sua importância diante dos demais instrumentos de gestão de recursos hídricos, como a outorga e a cobrança e sua interface com os instrumentos de gestão ambiental (licenciamento, monitoramento). Um dos questionamentos do GT seria quanto a viabilidade da classificação da parte montante do Rio Melchior vir a ser classe 2 até 2030.

Aos rios que se encontram dentro de áreas urbanas, foi ressaltada a dificuldade de se fazer alguns usos, como recreação e aquicultura em função da densidade populacional.

ETE

O Distrito Federal atualmente tem uma das maiores taxas de esgoto tratado do país, além de quase 90% da população atendida pela Caesb com água tratada. O superintendente da Adasa destacou que atualmente são 15 estações de tratamento de esgoto no Distrito Federal, quase todas com o nível de remoção de matéria orgânica acima de 90%, enquanto a média nacional fica em 60%. Para se remover os 10% restantes, além das dificuldades técnicas, seria necessário um volume de investimento muito elevado. Atualmente, apenas na região do Rio Melchior, são duas estações de tratamento de esgoto, a ETE Samambaia e ETE Melchior, tendo a última recebido recursos para obras de melhoria no tratamento de esgoto. Ele lembrou que o esgoto que cai no rio Melchior hoje é



tratado, porém existe um descompasso entre a capacidade de diluição do corpo receptor e a concentração de efluentes lançados.

Sugestões

Durante a palestra, ele informou que atualmente a Eletrobrás possui recursos para investimento em projetos na área ambiental, e sugeriu que o GT se organize para formular projetos, que podem ser, por exemplo, de ação de reúso, educação ambiental, restauração, revitalização e recuperação de áreas do Melchior. O presidente do GT Melchior, professor Ricardo Minoti, reforçou a importância da Adasa estar presente nos debates do GT e também dos comitês de bacias. Ele

questionou ainda sobre a viabilidade haver monitoramento da qualidade da água dos rios, criando um índice de balneabilidade para que a população possa se informar, com segurança. Ele também questionou sobre os pontos de lançamento de esgoto e as zonas de mistura no Rio.

O superintendente da Adasa, Gustavo Carneiro, sinalizou que balneabilidade seria de responsabilidade do Brasília Ambiental e com relação à zona de mistura, atualmente não estão definidos pontos específicos, mas que poderão ser estabelecidos no próximo enquadramento. Ao final da reunião ele sugeriu que o grupo foque em ações possíveis e viáveis, buscando identificar o que é falta de informações, o que é descaso do poder público e as parcerias para projetos de melhorias na bacia.

Após a palestra o coordenador fez um breve relato sobre a visita de campo realizada pelo GT na região da bacia, no dia 2 de outubro, para verificar a qualidade da água e alguns pontos de drenagem.

O GT aprovou ainda a síntese da 7ª reunião que encontra-se presente no site do comitê.

CBH PARANAÍBA NA SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UNB



A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, juntamente com alunos do curso de Engenharia Ambiental da UnB, participaram de atividade lúdica e reflexiva sobre o impacto das ações humanas nos recursos hídricos.

Desenvolvido por instituições cearenses, o Jogo da Seca, trabalha questões ligadas a escassez hídrica e os efeitos das



decisões sobre o uso da água em uma bacia hidrográfica. Também participou da atividade, o coordenador do GTEA e professor da UnB, Ricardo Tezini Minoti. A atividade faz parte da programação da Semana Universitária 2024, da UnB, que este ano traz a proposta de explorar o tema "O mundo em nós: construindo um presente sustentável", para promover reflexão e debate sobre sustentabilidade e o papel individual na criação de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável.

32ª RO APROVA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E AGENDAS DO CBH PARA 2025 E CONVIDA ESPECIALISTA PARA DIALOGAR SOBRE O SEU TRABALHO SOBRE O CERRADO



Na última RO de 2024, os membros trouxeram várias pautas de interesse do comitê. A presidente do comitê, Alba Evangelista Ramos, apresentou as atividades realizadas no segundo semestre, desde os ofícios enviados até os eventos em que ela, membros da diretoria e membros dos CBH participaram durante esse período. Como parte da proposta de trazer debates e informações relevantes durante às reuniões, foi convidado para palestrar, o geógrafo e doutor em ciências florestais, Yuri Salmona, para falar sobre como o desmatamento do cerrado deverá reduzir a vazão dos rios em até um terço.



Ele explicou o impacto hidrológico causado pelas alterações no uso do solo, especialmente para expansão do agronegócio e das mudanças climáticas. A substituição da vegetação original de cerrado para abrir espaço para pastagens, produção de grãos e urbanização geram redução na capacidade de infiltração da água para recarga de aquífero, redução da evapotranspiração, causando alterações na periodicidade de chuvas e instabilidade climática. Yuri Salmona, que também é fundador do Instituto Cerrado, ressaltou que além

do desmatamento, boa parte da água do Cerrado é utilizada para irrigação de produtos agrícolas, por meio de pivôs e lembrou que os agricultores deveriam ser os principais interessados na busca por alternativas para conter os impactos na qualidade e quantidade de água disponível. A vice-presidente do CBH Paranaíba-DF, Anne Caroline Borges Lobo, destacou que em muitas regiões do Distrito Federal, os irrigantes são parceiros nos projetos de restauração de áreas degradadas e produção de água.

Proposta

Como forma de minimizar os prejuízos causados pela redução na vazão dos rios, ele apresentou o projeto de mapeamento de áreas prioritárias de preservação e capacidade de infiltração de água nas bacias. As Apcac - Áreas prioritárias para conservação de áreas de cerrado – seriam um instrumento para orientar os gestores no momento de restauração de áreas degradadas, de forma a priorizar espaços com maior possibilidade de infiltração. O projeto já foi apresentado ao Ministério de Meio Ambiente e tem a intenção de evoluir para uma política pública da pasta.

Aprovações

Foram também aprovadas a síntese da 58ª Reunião Extraordinária do comitê, as minutas de deliberação sobre o Plano e Agenda Anual de Atividades de 2025, Prorrogação das atividades e composição do GT Melchior e criação de Comissão de Acompanhamento da Situação Hídrica do Descoberto.

O secretário-geral do comitê, Carlo Renan Cáceres Brites, reforçou a necessidade de continuidade nos debates e mobilização sobre a situação hídrica no Distrito Federal de forma se preparar para os próximos anos: “A primeira coisa que a chuva lava é a memória da seca”.



A presidente do comitê sugeriu que seja marcada uma reunião entre o CBH, a Adasa, a Engecorps e Profill para diálogo sobre o Plano. Ainda sobre o PGIRH, foi reforçada a necessidade de participação de membros do CBH Maranhão-DF e CBH Preto-DF nos debates.



Comunicações

O coordenador da Câmara Técnica, Mauro Felizatto, que integra a comissão de acompanhamento da revisão dos trabalhos do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal, relatou divergências nos dados apresentados pelas empresas responsáveis pelo documento, além da ausência de informações sobre os riscos e as repercussões das mudanças climáticas.

Posse

Durante a reunião, a representante da CEB Geração, Kelly dos Santos Penga e o representante da SLU, Wanderley das Chagas Albuquerque tomaram posse no CBH Paranaíba-DF.

Presidente do CBH fala sobre Águas Emendadas durante 24ª Semuni





Ela explicou o funcionamento da Política de Recursos Hídricos, com foco nas atribuições dos comitês de bacias, a influência do uso e ocupação do solo nos recursos hídricos e a situação do entorno da Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Em mais uma atividade desenvolvida durante a Semana Universitária da UnB (Semuni), a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, participou de palestra no Colóquio Ciência, Tecnologia e Sociedade para a intervenção e preservação do Território e da Unidade de Conservação de Águas Emendadas.

A palestra aconteceu no campus da UnB em Planaltina e foi parte da programação da 24ª Semana Universitária

CBH Paranaíba-DF participa de reunião no MPDFT para debater uso da área da Flona 3



A presidente e o secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos e Carlo Renan Cáceres Brites participaram de reunião no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), no dia 27 de novembro, para discutir e encaminhar uma definição de uso para a área da Floresta Nacional de Brasília 3 (Flona 3), localizada na bacia hidrográfica do Alto Rio Descoberto. Promovida pelo promotor Dênio Augusto, da 1ª Prourb, o tema da reunião é fruto do PL 4479/2020, que altera os limites da Floresta Nacional de Brasília, altera e recategoriza a Reserva Biológica da Contagem, além de modificar os limites do Parque Nacional de Brasília.



Durante a reunião foram apresentadas imagens aéreas da Flona 3 e destacado que o trecho ocupado pelo assentamento Maranata deverá ser separado, permanecendo como uso rural. Quanto ao restante da área da Floresta foi proposta a criação de uma unidade de conservação de proteção integral e dessa forma, os atuais ocupantes deverão ser realocados em outros lugares. O CBH Paranaíba-DF, em 2022, encaminhou a Moção nº 2, se manifestando sobre o tema e sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional para planejar de maneira integrada o processo de regularização ambiental e fundiária das áreas desafetadas da Floresta Nacional de Brasília, que estão localizadas na gleba do Assentamento Rural Maranata, inclusive para promover a integridade e proteção ambiental dessa região durante esse processo.

Encaminhamentos

Como encaminhamento, foi definida que a área remanescente da Flona 3 deverá ser

transformada em unidade de conservação (UC). Inicialmente, o PL deverá retornar a citada área à condição de Floresta Nacional para posteriormente ser feita a transferência da área para o Distrito Federal visando a criação de uma UC de proteção integral do tipo Parque Distrital ou Refúgio de Vida Silvestre.

A região do Assentamento Maranata seria transformada em uma Reserva de Proteção Sustentável e um pequeno trecho ao sul da Flona 3 constituído de campos úmidos deverá ser incorporado à Reserva Biológica do Descoberto. Para apoiar o trabalho o Promotor Dênio criou o GT sugerido pelo CBH na citada moção.

Estiveram presentes na reunião, assessores parlamentares, representantes da Procuradoria Geral da República, Brasília Ambiental, ICMBio, Terracap, Caesb e CBH Paranaíba-DF.

V Eicob debate o trabalho dos comitês na gestão de recursos hídricos e reforça importância de ações coletivas no combate aos desequilíbrios ambientais



Membros dos três comitês de bacias do Distrito Federal, CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF se reuniram, no dia 29 de novembro, para o V Encontro de Integração dos Comitês de Bacias do Distrito Federal (Eicob), realizado no Instituto Oca do Sol, em Brasília.

O encontro foi mais uma oportunidade de compartilhar as boas práticas na gestão de recursos hídricos, além de debater problemas enfrentados pelos comitês em suas regiões de atuação na defesa das águas.

Diante dos desafios na gestão dos recursos hídricos e frente à crise climática que vem se intensificando, o Eicob promoveu ainda palestras com temas relevantes para a reflexão e formulação de ações coletivas para a atuação nas bacias.

Saudações

O Eicob iniciou com um café da manhã para os membros, oferecido pela Adasa, que também disponibilizou o transporte até o local do evento.



Na sequência, a presidente do CBH Maranhão-DF, Ildenilda de Oliveira Silva abriu o evento destacando a relevância de realizações como o Eicob na sensibilização, educação e mobilização da sociedade em torno de um bem comum, a água.

Os desafios do Distrito Federal para garantir água em quantidade e qualidade foi destacado durante a fala inicial da presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos. Ela reforçou que o comitê tem marcado presença em eventos nos vários espaços de debate sobre recursos hídricos, planejamento urbano, além de atividades em universidades.

Os contrastes entre os desafios do campo e da cidade foram ressaltados durante a fala do presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella. A região é predominantemente agrícola, e enfrenta adversidades para equacionar a demanda e oferta de água aos produtores locais, o que tem levado o comitê a participar de projetos de gestão da água no meio rural.



O presidente do Instituto Brasília Ambiental Rôney Nemer também participou da abertura do evento e aproveitou para lembrar a relação entre o uso responsável da terra na produção de água e a importância do papel dos comitês na luta pela gestão dos recursos hídricos. Antes de iniciar os debates, o secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, enalteceu os trabalhos dos comitês, destacando a maturidade e fortalecimento da gestão nos últimos anos, bem como do trabalho do escritório de apoio desempenhado pela Abha, que foi um divisor de águas contribuindo no andamento das ações dos CBHs desde 2023.



Bate papo

As diretorias dos comitês de bacias apresentaram as atividades que seus comitês desenvolveram ao longo de 2024, como forma de atualizar os presentes e fortalecer a integração entre os comitês distritais.



O CBH Preto-DF, na figura de seu presidente, explicou sobre os avanços na construção dos marcos regulatórios do Rio Jardim e Ribeirão Extrema, e do amadurecimento da gestão de escalonamento de irrigação, por parte dos produtores locais. Gilmar Batistella ainda falou sobre a importância da cobrança pelo uso da água no financiamento de projetos nas bacias e da necessidade de mais monitoramento, como forma de auxiliar no trabalho de gestão dos recursos hídricos nas bacias da região do Rio Preto.

O desafio de aumentar o engajamento dos membros nas atividades do comitê foi um ponto levantado pela presidente do CBH Maranhão-DF, Ildenilda Silva. Ao longo de 2024, o comitê realizou diversas atividades externas, levando o público a conhecer melhor a região que abrange a bacia do Rio Maranhão.

A intensa participação em audiências públicas, entrevistas, palestras, aulas, debates marcou o ano de 2024 do CBH

Paranaíba-DF. A presidente do comitê, Alba Evangelista Ramos citou os eventos, destacando o empenho do CBH nos debates sobre a revisão do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH), o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PIRH) e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). A participação nos eventos busca levar a voz e demandas dos comitês aos debates públicos e ao conhecimento da comunidade.

A participação dos comitês no Encontro Regional de Comitês de Bacias do Centro Oeste (Ercob) e nos debates sobre a cobrança pelo uso da água e da Tarifa de Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos (TFU) foi destacada pelos presidentes, que elogiaram a união de esforços e de colaboração dos comitês do DF um consenso entre os vários atores envolvidos.



Durante a explanação, o membro Delson da Costa Matos, do CBH Maranhão-DF, questionou se existe atualmente análise para averiguar a quantidade de agrotóxico nas águas das bacias, porém os presentes disseram desconhecer. A vice-presidente do CBH Paranaíba-DF e extensionista da Emater, Anne Caroline Lobo Borges, informou que a empresa tem capacitado e orientado a comunidade rural sobre a importância do descarte correto das embalagens de defensivos agrícolas, buscando assim, minimizar possíveis impactos.

Coordenadores debatem ações em 2024



Os coordenadores da Câmara Técnica dos comitês destacaram as principais realizações dos comitês durante o ano de 2024. No CBH Maranhão-DF, o coordenador Marcelo Benini afirmou que os trabalhos do CT concentraram nos estudos ligados à área de Águas Emendadas, em função da sua importância como região de mananciais e recarga de aquífero. Ele explicou a situação da Saneago, companhia de

abastecimento de Goiás, que atua na região, mesmo sendo fora dos limites de sua área de atuação, o que tem comprometido a sustentabilidade hídrica da região. Para 2025, o CBH seguirá unindo esforços para esclarecer a situação junto aos órgãos competentes e atuar em defesa das águas da região.

Representando o presidente da Câmara Técnica do CBH Preto-DF, o presidente Gilmar Batistella fez um breve relato sobre as discussões e elaboração dos dois marcos regulatórios da região (Ribeirão Extrema e Rio Jardim), que já enfrentavam situações de conflito pelo uso da água. Ele destacou que a maioria dos produtores já respeitavam os acordos firmados para o uso da água, mas uma documentação regulamentando a situação vai ser um importante passo.

O coordenador da CT do CBH Paranaíba-DF falou sobre as atividades dos três grupos de trabalho do comitê, e destacou a participação dos membros do comitê nos debates sobre a revisão dos do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) e o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Como coordenador de comissão criada para debater o PGIRH, ele criticou a ausência de informações sobre os impactos das mudanças climáticas no documento que vem sendo elaborado e os cenários possíveis para do o Distrito Federal. Ele ainda convocou os demais comitês de bacias a participar dos debates sobre o plano, que irá trazer estudos importantes para a elaboração dos planos de bacias do CBH Preto-DF e CBH Maranhão-DF.



Mudanças climáticas

Uma das discussões urgentes do nosso tempo, é quanto à questão climáticas e o enfrentamento às mudanças. Por isso, os palestrantes Mozar Salvador, do Inmet, e Carlos Henrique Rocha, do Brasília Ambiental, levaram informações sobre o aumento das temperaturas mundiais e a tendência de recordes de temperaturas nos próximos anos. Mozar apresentou gráficos onde explicou a tendência de chuvas cada vez mais fortes e concentradas, e períodos mais longos de estiagem, num cenário onde os extremos climáticos serão cada vez mais frequentes.

Já Carlos Henrique mostrou que desde 2023, até hoje, todos os meses, ficaram acima da média de temperatura, se comparado a anos anteriores, um cenário que nunca havia ocorrido. Ele alertou que resiliência e adaptação serão fundamentais para o enfrentamento das mudanças, pois é preciso trabalhar, além da mitigação, a adaptabilidade ao novo cenário.

PDOT

Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), José Mario Pacheco Júnior falou sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) DF, sua importância como instrumento da política territorial e as etapas de proposta da revisão do documento.

Segundo ele, desde 2018 a secretaria vem realizando reuniões, audiências, seminários para construir o novo documento, a partir de novas análises do território do DF. Ele lembrou que das quatro etapas para a formulação do documento (diagnóstico, prognóstico, proposta e consolidação) a revisão encontra-se na fase de proposta, que irá formular e definir as estratégias, instrumentos, diretrizes e zoneamento. Ele informou ainda que já foram realizadas diversas audiências públicas nas regiões administrativas, com o objetivo de dialogar com a população e ouvir às demandas locais.



A presidente do CBH Paranaíba-DF, criticou a forma como o PDOT vem sendo debatido, a exemplo da divulgação das Audiências Públicas, e no esclarecimento para a população da importância do documento como instrumento norteador de políticas públicas para a cidade. Essa ausência tem se refletido no baixo engajamento da população nos debates públicos. Ela também questionou a falta dos comitês no grupo de trabalho interinstitucional (GTI), responsável pela elaboração de estudos técnicos, e debates sobre diretrizes territoriais.

O representante da Seduh informou que, por lei, que os CBHs já atuam dentro do Comitê de Gestão Participativa, para debater o PDOT.

Cobrança pelo uso da água



Como um dos instrumentos da política de recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água venceu, em 2024, a última



etapa para a sua implementação de fato.

A assessora técnica da Superintendência de Recursos Hídricos da Adasa, Vandete Maldaner, falou sobre a implementação e operacionalização da cobrança pelo uso da água, que terá início em 2025.

Segundo ela, a cobrança será aplicada a grandes usuários, que atualmente representam 80% do volume da água outorgado. São setores como indústria, comércio, produtores agrícolas e grandes condomínios que dispõem de outorga. A cobrança será feita de acordo com o volume especificado na outorga, por isso é necessário que o usuário atualize seu cadastro para que o valor cobrado seja fidedigno ao uso outorgado.

Lembrando que no início de 2025 os boletos poderão ser emitidos e pagos em até 45 dias da data de emissão.





Dinâmica

As professoras da Universidade de Brasília Conceição de Maria Albuquerque Alves e Raquel Soares apresentaram aos membros uma dinâmica baseada no Seca em jogo, uma atividade que simula cenários possíveis a partir de situações apresentadas durante o jogo. Além de trabalhar o debate e a integração do grupo, o jogo permite que os participantes simulem a gestão coletiva de um reservatório de uso comum, onde as decisões individuais podem impactar todo o coletivo de usuários da água.

CBH Paranaíba-DF participa do 2º Encontro sobre Sustentabilidade do Parque Veredinha



O secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan de Cáceres Brites, foi o representante do comitê durante o 2º Encontro sobre Sustentabilidade do Parque Veredinha, ocorrido no dia 4 de dezembro.

Aberto ao público, o evento contou com a presença de mais de 300 estudantes, que participaram de oficinas de grafite e pintura, contação de histórias, palestras temáticas, plantação de árvores e dinâmicas.

O CBH Paranaíba-DF, juntamente com a Caesb e o projeto produtor de água participaram do encontro com um estande de informações. Na ocasião, o secretário-geral esclareceu dúvidas sobre as atividades do comitê e distribuiu a revista e o resumo executivo do plano de bacia.

Criada em 2 de junho de 2015, a Comissão de Proteção à Ordem Urbanística e ao Meio Ambiente de Brazlândia, conhecida como Preserva Brazlândia, busca articular ações entre a comunidade e o poder público para prevenir e combater a ocupação e o parcelamento irregular de terras na região. Brazlândia é responsável por aproximadamente 65% da água consumida pela população do Distrito Federal.

O evento contou com a participação de diversos órgãos do poder público, além de representantes da sociedade civil e usuários. A expectativa é que o evento passe a ocorrer anualmente.

* Com informações do MPDFT.

CBH Paranaíba-DF participa de debate sobre situação hídrica na serrinha do Paranoá



A situação hídrica da Serrinha do Paranoá foi o tema do Seminário Serrinha do Paranoá sensível à água: resiliência da comunidade e dos núcleos rurais frente à expansão urbana e à emergência Climática, que ocorreu no dia 11 de dezembro, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB).

Durante o seminário, a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos,



explicou o trabalho dos comitês de bacias na preservação dos recursos hídricos e criticou a negligência do poder público na preservação das nascentes, sugerindo ao deputado distrital, Fábio Felix, e ao promotor de justiça, Roberto Carlos Batista cobrar da Caesb relatório sobre a situação das Áreas de Proteção de Nascentes (APM) do Distrito Federal. Ela explicou que está em curso um processo de desativação das APMs e alertou que o DF não pode se dar ao luxo de prescindir dessas áreas.

O seminário tratou ainda de outros dois pontos importantes: a defesa da Serrinha do Paranoá pela organização social e a proposta de uma regularização que integre áreas rurais com urbanas, continuum rural-urbano, numa relação que aproxima e integra esses dois polos.

Adasa publica resoluções que definem procedimentos operacionais para Cobrança pelo uso da água e para a Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos no DF

A Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (Adasa) oficializou os procedimentos para a cobrança pelo uso da água no Distrito Federal a partir de 2025.

No dia 26 de dezembro foi publicada no Diário Oficial as resoluções nº 49 e 50 da Adasa que estabelecem os procedimentos operacionais tanto para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, quanto da Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos no DF (TFU-NP).

A TFU é uma taxa anual obrigatória, para usos não consultivos, resultado do exercício legítimo do poder de fiscalização administrativa sobre o uso de recursos hídricos no DF, aplicável a não prestadores de serviços públicos.



A taxa, portanto, será direcionada ao conjunto de usuários que respondem por 80% dos volumes outorgados, ou seja, que possuem capacidade de gerar impactos quantitativos e qualitativos aos recursos hídricos originários de captação superficial ou subterrânea de água e lançamento de efluentes. Trata-se das pessoas que utilizam água como insumo em suas atividades econômicas e, por isso, consomem grande quantidade do recurso.

No caso da Cobrança pelo uso da água, os grandes usuários pagarão pela cobrança, incluindo os usos consultivos. As quantias cobradas, referentes ao ano de 2024, são calculadas com base nos mecanismos e valores propostos pelos CBHs e aprovados pelo CRH/DF, sendo de responsabilidade da Adasa implementar o mecanismo.

Lembrando os atos normativos tanto da cobrança, quanto do TFU não afetam os pequenos usuários, os usos insignificantes e aqueles que consomem para uso individual ou familiar

A cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos da Política Nacional de recursos hídricos e uma reivindicação dos comitês no desafio de promover uma gestão sustentável dos recursos hídricos no Distrito Federal.

Próximas atividades:

06/02 - 59ª Reunião Extraordinária

10/02 - 10ª Reunião do GT Melchior

13/03 - 5ª Reunião GTEA

Já segue o CBH Paranaíba- DF nas redes?

